

SOBRE A
PRESENÇA
DO URSO³ EM
PORTUGAL

A PROPÓSITO DE UMA PEÇA
DO CASTELO DE LEIRIA

JOÃO LUÍS CARDOSO

Agregado em Pré-História. Professor Associado da Universidade Aberta.

Centro de Estudos Geológicos (FCT/UNL) e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (CMO).

1 - INTRODUÇÃO

No decurso das escavações realizadas no castelo de Leiria, sob direcção de José da Silva Ruivo, em 1997, na área adjacente à torre de menagem (Fig. 1), recolheu-se abundante conjunto de materiais osteológicos, de evidente importância para o conhecimento da alimentação da população ali residente no final da Idade Média, ou nos inícios da Idade Moderna. Tais materiais foram entregues ao signatário para estudo, pelo referido arqueólogo. Entre os restos observados, destacava-se um osso de urso, fragmentado em três partes ajustáveis, o qual, sem embargo do ulterior estudo de conjunto em que aquele será devidamente integrado, justifica, pelo interesse das considerações a que conduziu, imediata divulgação, agora concretizada através deste estudo preliminar.

2 - CONDIÇÕES DO ACHADO

Respiga-se, do "Relatório da intervenção arqueológica de emergência na torre de menagem do castelo de Leiria entre Julho e Setembro de 1996" (RUIVO, 1997), as seguintes informações sobre as características do local onde se efectuaram as escavações a que respeita este achado (cf. GOMES, 1995), para o enquadramento histórico-arquitectónico respectivo):

A actual torre de menagem do castelo de Leiria foi construída em 1324, a mando de D. Dinis, após o monarca ter ordenado a destruição da primitiva torre românica, como retaliação pelo facto de os poderes de Leiria terem tomado o partido do filho rebelde, o Infante D. Afonso, durante a guerra civil de 1318-1322.

Trata-se de um edifício de planta rectangular, situado no ponto mais alto do castelo, com uma altura de cerca de 17 m.

Possuindo inicialmente uma função militar e residencial, a torre era constituída por quatro pisos: cave, rés-do-chão e dois pisos superiores. Com a consolidação da independência nacional e do poder real, a sua funcionalidade foi-se alterando, pelo que, em finais do século XIV era utilizada como prisão régia, que se manteve até ao século XVIII.

O estado de avançada degradação em que se encontrava a torre, designadamente a escadaria interior de acesso à cobertura, bem como esta, justificou a iniciativa da Direcção dos Monumentos Nacionais do Centro em promover a sua recuperação.

Foi no contexto da recuperação da torre, antecedendo as obras a levar a cabo, que se inseriu a intervenção arqueológica realizada, visando a obtenção de elementos sobre a evolução das características da ocupação, corporizada pelas sucessivas fases que fosse possível identificar e individualizar.

Em 1996, as escavações foram efectuadas ao nível do piso térreo da torre, espaço correspondente a um rectângulo ligeiramente irregular, com 10 m de comprimento por, respectivamente 4,30 m e 4,40 m, dos lados ocidental e oriental.

Do espólio recolhido, avultam os materiais relacionados com o uso do espaço como prisão, nada existindo que possa ser reportado a época anterior ao século XV.

As escavações de 1997, a que o achado diz respeito, efectuaram-se no recinto exterior da torre de menagem. Na Fig. 1 apresenta-as a localização da área escavada, no contexto das unidades arquitectónicas que a enquadram.

A referência aposta na peça - I 4 C3 - situa-a, muito provavelmente, de acordo com informação prestada pelo arqueólogo responsável, no século XV. Com efeito, a Camada 3, de onde a presente peça provém, corresponde à acumulação de materiais de derrube e entulho, de coloração anegrada,

com grandes quantidades de valvas de *Ostrea* sp., ossos, e fragmentos cerâmicos geralmente enegrecidos. Neste nível encontraram-se diversas pedras soltas, que se fracturam com facilidade, talvez devido à sua anterior exposição ao fogo (derrube de estruturas devido a incêndio sobre acumulações de entulho?). Do ponto de vista arqueológico, a referida camada continha abundantes fragmentos de cerâmica comum, sem vidrado, cuja falta de estudo tipológico de pormenor torna difícil enquadrar cronologicamente. No entanto, o conjunto parece ser mais antigo que o recuperado no interior da torre de menagem, onde ocorrem fragmentos cerâmicos seguramente mais recentes do que estes. Assim, é reportável a período anterior, talvez ao século XIV ou, mais provavelmente, ao século XV.

3 - DIAGNOSE

Trata-se de um cúbito esquerdo de urso pardo, *Ursus arctos* L., 1758, completo, embora segmentado em três partes (fig. 2).

As dimensões que foi possível obter foram as seguintes:

1 - comprimento máximo: 346 mm

2 - diâmetro antero-posterior máximo da articulação com o húmero:
60,7 mm

4 - COMPARAÇÕES

Os únicos elementos biométricos comparáveis com os obtidos no exemplar em estudo, no território português, correspondem a exemplares pliocénicos: trata-se dos quatro húmeros da gruta da Furninha, Peniche, dos dois da gruta das Fontainhas, Cadaval e do único exemplar da gruta da serra dos Molianos, Alcobça, todos eles estudados pelo signatário (CARDOSO, 1993). A ausência de qualquer exemplar inteiro impede comparação com

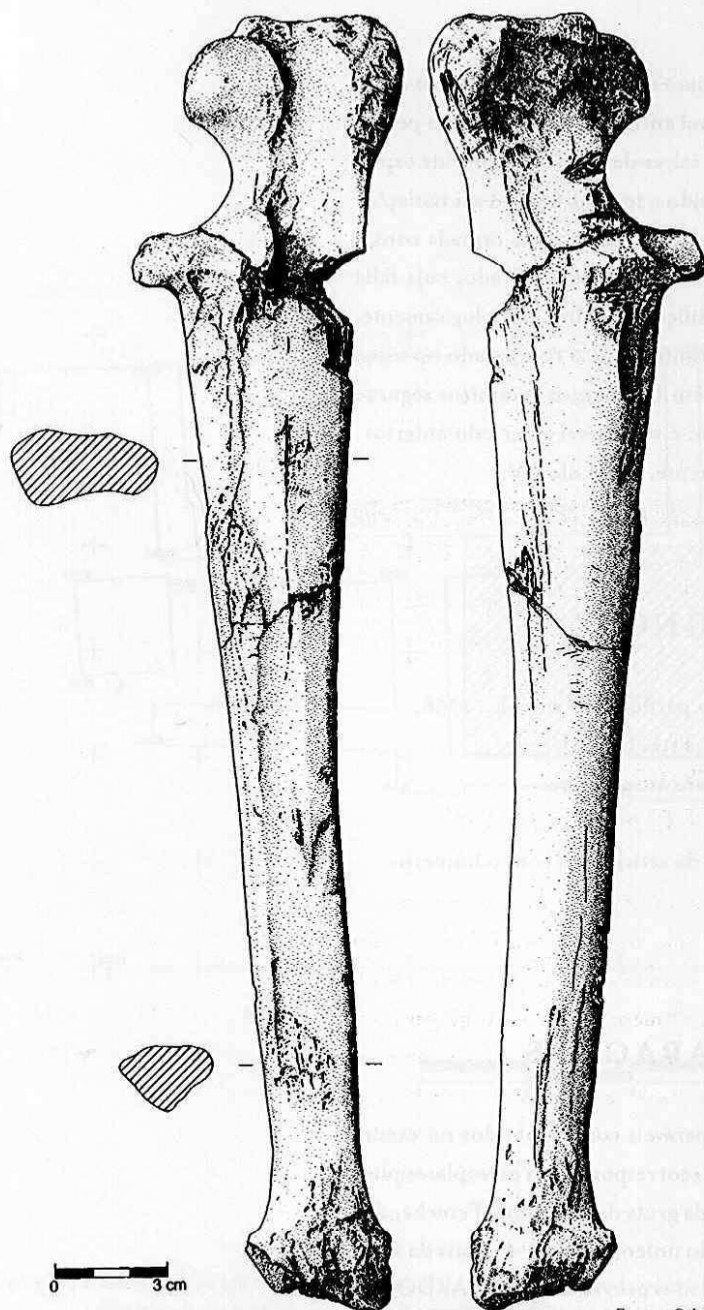


Fig. 2 - Cúbito esquerdo de *Ursus arctos* L., 1758 do Castelo de Leiria
(desenho de B. L. Ferreira).

a dimensão principal, obtida no de Leiria. Por outro lado, como neste não é possível obter o diâmetro transversal da articulação com o húmero, por este sector se encontrar mutilado por corte de cutelo, de um dos lados, as comparações ficam limitadas à única dimensão comum a todos os exemplares, correspondente ao diâmetro antero-posterior máximo da articulação com o húmero.

Tendo presente que tal dimensão, que no exemplar de Leiria, é de 60,7 mm, verifica-se, através do seguinte quadro comparativo que este é o menor dos exemplares, de entre os seis observados (dimensões em mm):

	NÚMERO DE EXEMPLARES	MÉDIA	MÁXIMO	MÍNIMO
Furninha	4	72,7	79,0	66,7
Fontainhas	2	74,0	74,6	73,4
Molianos	1	61,5		

5 - MODIFICAÇÕES POST-MORTEM E ASPECTOS TAFONÓMICOS

Nas Figs. 3 e 4, mostram-se diversas modificações decorrentes, inquestionavelmente, do consumo culinário do urso a que respeita o elemento ora estudado. As marcas mais evidentes, feitas com cutelo, situam-se no bordo posterior, ao nível da articulação com o húmero. Trata-se de golpes profundos, oblíquos e convergentes, dando origem a uma incisão com perfil em V, que ultrapassa 10 mm de profundidade na massa óssea (Fig. 3). Do lado oposto, o mesmo instrumento, produziu entalhes com idêntica amplitude, tanto na periferia da superfície articular com o húmero, onde se observam três golpes oblíquos, feitos de baixo para cima, como no processo coronoide lateral, mutilado por dois extensos golpes feitos de baixo para cima e de cima para baixo (Fig. 4, à esquerda). Desta forma, o objectivo destes golpes, conjugados com os executados no bordo posterior do osso, foi o



Fig. 3 - Marcas de corte por cutelo, oblíquas e convergentes, formando entalhe com perfil em V destinado ao seccionamento do osso ao nível da articulação com o húmero (cotovelo), observadas no bordo posterior (foto de J. L. Cardoso).

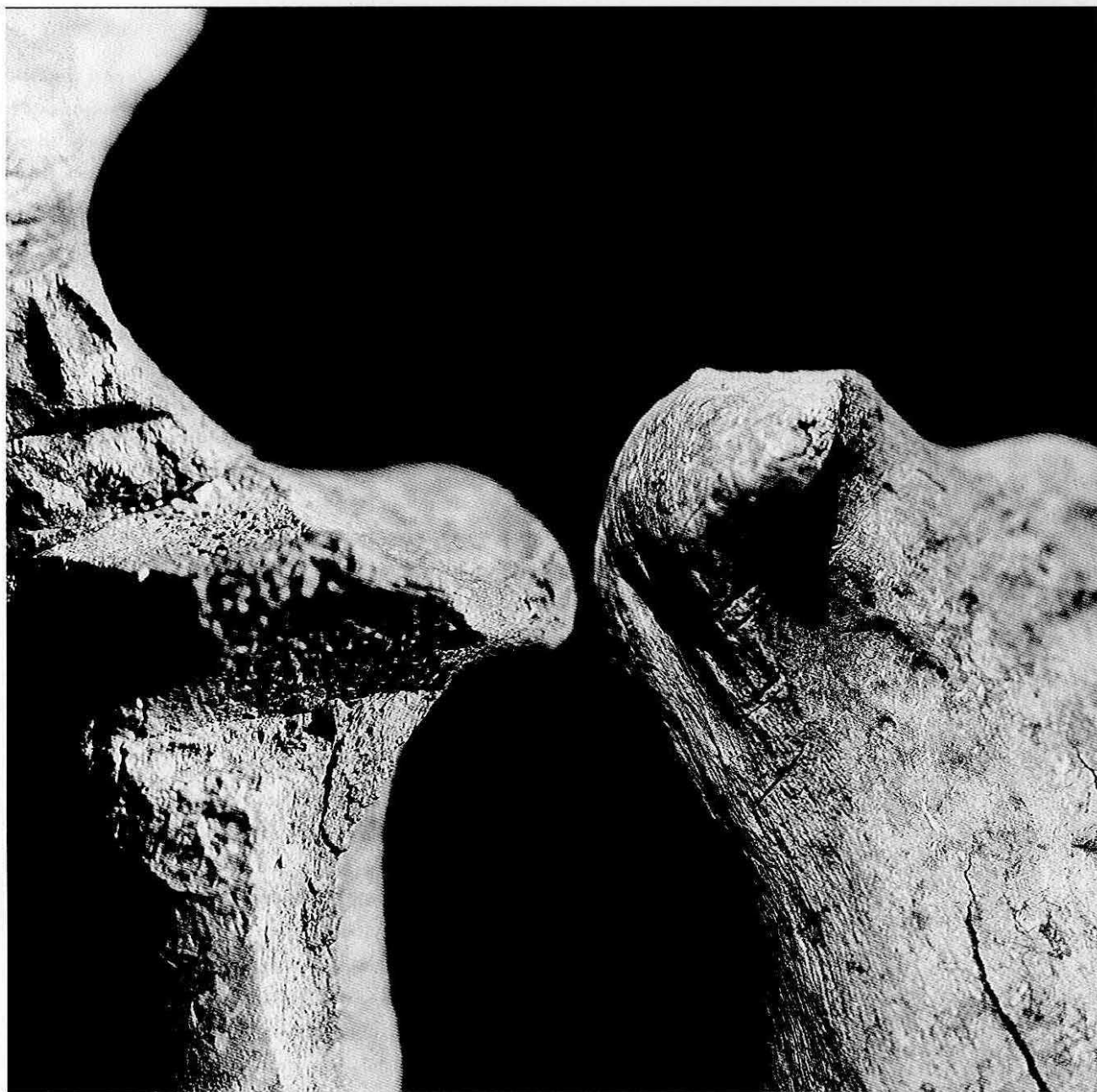


Fig. 4 - À esquerda: marcas de corte por cutelo, executadas na periferia da superfície articular com o húmero e no processo coronoide, as quais, conjugadas com as realizadas no bordo oposto (ver Fig. 3), conduziram ao sectionamento total do osso, por fractura. À direita: finas incisões por faca no olecrâneo, correspondente à extremidade proximal (foto de J. L. Cardoso).

de seccionar o membro anterior, ao nível do cotovelo. Que tal objectivo foi atingido, encontra-se comprovado pela fractura que separou a extremidade anterior do cúbito, da parte restante do osso. Outra fractura, observada ao nível da parte média da diáfise, é puramente acidental e ocorrida no decurso da escavação.

Ao nível do olecrânio, que corresponde à extremidade proximal do osso, e especialmente na sua superfície posterior, observa-se outro tipo de marcas: trata-se de finas incisões sub-paralelas e oblíquas, correspondentes não já a golpes de esartejamento, mas à descarnação por faca, aquando do consumo da peça (Fig. 4, à direita). Esta terá provavelmente sido assada inteira, ou grelhada em pedaços, mantendo-se as duas porções do cúbito unidas pelos ligamentos e pelas partes moles. Sem dúvida que estas ainda as uniam no final do consumo, pois ambas foram encontradas na mesma área. O rápido enterramento, sob outros despejos, talvez do mesmo festim, terão impedido o seu aproveitamento secundário pelos cães: com efeito, não se observam quaisquer marcas de dentes deste ou de outro carnívoro, o que terá viabilizado a boa conservação da peça óssea.

6 - PRESENÇA E EXTINÇÃO DO URSO PARDO NO TERRITÓRIO PORTUGUÊS

O urso pardo (*Ursus arctos*, L., 1758), seria espécie originária da Ásia, onde é conhecida desde o Mindel, na célebre estação arqueológica de Choukoutien. Em vagas sucessivas, teria atingido a Europa, em meados do interglaciário de Mindel-Riss (KURTÉN, 1968), tornando-se competidor dos ursos das cavernas.

No Plistocénico e no Holocénico, e mesmo em tempos históricos, a distribuição do urso pardo atingia quase toda a Europa e a Ásia, exceptuan-

do-se as penínsulas meridionais e a tundra. No decurso da última glaciação, atingiu o continente americano, onde se expandiu, sobretudo no pós-glaciário, até o México.

A ocorrência de urso pardo no Plistocénico de Portugal é bem conhecida, sendo porém apenas abundante em duas jazidas: trata-se das grutas da Furninha e da Fontainhas, a primeira com ocupação datada em torno de 80 000 anos a segunda com uma ocupação datada em torno de 25 000 anos (CARDOSO, 1993), - em ambos os casos, pouco se fez sentir a presença humana. A presença relativa da espécie, no decurso da última glaciação, no actual território português, afigura-se importante, no contexto europeu da época. Com efeito, na Europa são muito mais escassas as referências ao urso pardo do que ao urso das cavernas (*Ursus spelaeus*), ao contrário do verificado no nosso país, em que ainda se não identificou nenhum resto deste último. Tal facto resulta de condicionantes de ordem climática: no estado actual dos nossos conhecimentos, *Ursus spelaeus* não ultrapassou, para Sul, a região de Madrid, concentrando-se na zona cantabro-pirenaica, com prolongamento pela Galiza. A presença desta espécie é, assim, muito mais do que a do urso pardo, indicador de climas frios e húmidos, embora de extremos moderados.

É notável a variabilidade da morfologia e tamanho das peças ósseas e dentárias de urso pardo, sem dúvida aquela onde tal realidade é mais acentuada, de entre os grandes mamíferos selvagens que ainda fazem parte da fauna europeia actual. O tamanho variou, no decurso do Plistocénico, segundo KURTÉN (1968), de acordo com a Lei de Bergmann: os indivíduos do penúltimo e do último período glaciário excedem os maiores da actualidade, enquanto os dos períodos mais quentes, correspondentes aos respectivos interglaciários, são menores que estes. Tais observações encontram-se plenamente confirmadas pelas medidas obtidas em exemplares portugueses; todos eles, pertencentes ao último período glaciário, ainda que a diferentes ambientes e climas, são invariavelmente maiores que o exemplar de Leiria. Com efeito, segundo o autor citado, a redução de tamanho, no decurso

do Holocénico, a qual pode ser acompanhada graças à abundância de informação, constitui "a classical example of rapid evolutionary change" (op. cit.: 258).

Actualmente, a espécie mostra grande plasticidade morfológica e biométrica. Tal realidade é em parte consequência da larga distribuição geográfica que lhe corresponde, da Suécia à Argélia, e dos Pirinéus a boa parte da Ásia. Com efeito, embora de hábitos essencialmente florestais, o urso pardo come desde frutos, bagas e herbáceas a grandes mamíferos, como o veado. A sua presença em regiões de climas continentais rigorosos, como a tundra, evidencia a sua capacidade adaptativa. Porém, a caça generalizada que lhe foi movida pelo Homem, somada ao facto de este também ter promovido a profunda degradação dos "habitats" onde vivia, por diversas causas, com destaque para o arroteamento dos campos, levou à retracção acelerada da sua distribuição geográfica; por outro lado, a sua carne é apreciada, com destaque para as extremidades dos membros que, grelhadas, são consideradas particularmente saborosas; a quantidade de carne não é de desprezar, porquanto se trata de um dos maiores mamíferos da Europa, atingindo cerca de dois metros de comprimento actualmente nos Pirinéus e um peso de duzentos e cinquenta a trezentos quilos; também a sua pele detém assinalável valor.

Na Península Ibérica, o urso ocupa, ainda que através de populações residuais, os Pirinéus e parte da cordilheira asturo-cantábrica. O biótopo pirenaico distribui-se entre os 1100 m e os 1400 m, sendo caracterizado por caducifólias, ou não, como carvalhos, azinheiras, castanheiros, bétulas, abetos e pinheiros, necessitando de água e não suportando os grandes calores estivais; tal domínio, parece ser o que mais convém à espécie, embora a actual distribuição geográfica se deva exclusivamente à pressão humana, bem como a certos hábitos adquiridos, especialmente a sua actividade nocturna.

Com efeito, o urso é um animal que, desde sempre, se encontra associado à destreza e valentia humanas, pela dificuldade da sua captura e impo-



Fig. 5 - Urso representado no apoio ("cachorro") do sarcófago do rei D. Diniz, no convento de Odivelas, com o rei deitado por terra, de costas, matando a fera com punhal, tido na mão direita, que enterra no peito do animal (foto C. M. Leiria).

nência dos troféus. Na Idade Média, época que interessa particularmente referir no âmbito deste estudo, a sua caça era reservada aos nobres, existindo castigo nesta desobediência. Ainda hoje, esta, que continua a efectuar-se nalgumas áreas europeias, para não falar do continente norte-americano, continua a ser uma prática só acessível aos milionários.

A presença do urso pardo na época histórica, no actual território português, encontra-se bem documentada. O último animal abatido, na serra do Gerez, em 1650 (SOUSA, 1909) poderia, porém, provir da região asturiana, já que a partir de finais do século XV a referência à espécie tende a desaparecer da documentação portuguesa.

C. M. Baeta Neves procedeu à reunião e publicação da documentação susceptível de ilustrar a sua distribuição geográfica em Portugal, por ordem cronológica, fornecida pela data de cada um destes documentos (NEVES, 1967). Assim, o urso é mencionado nos forais das povoações de Tavares (1114); Ferreira de Aves (1136); Celeirós (1160); Santa Marinha (1190); Carvelas (1205 ?); Favaios (1211); Vila Chã (1217); Vilarinho (1218); Cativeiros (1253); Tinhelas (1257); e Coja (1260).

O único resto medieval de urso comparável ao agora estudado, provém das escavações efectuadas por Isabel Cristina Fernandes no castelo de Palmela. Trata-se de extremidade de humero recolhida em nível islâmico dos séculos XI/XII, identificado pelo signatário, no seguimento do estudo arqueozoológico a que procedeu (CARDOSO, 2001).

Expressivo incidente ocorreu cerca de 1300, com o rei D. Dinis, perto do sítio de Belmonte, junto ao Guadiana. Ali, o monarca terá travado luta pessoal com um urso, que matou à punhalada; a importância deste acontecimento foi tal, ao projectar o prestígio da figura do monarca, que a cena se representou na base do seu sarcófago, existente no convento de Odivelas (Fig. 5). Outros documentos daquele século o mencionam, merecendo destaque a sentença obtida pelo mosteiro de Pendorada, do Julgado de Alvarenga,

segundo a qual os caçadores eram obrigados a pagar, além de outros artigos, as mãos do urso morto, facto que evidencia o alto apreço em que já então eram tidas, como verdadeiro petisco. Esta situação é confirmada pelas disposições contidas em alguns dos forais supramencionados, como o de Ferreira de Aves: nos preceitos a que os moradores se encontravam obrigados, referia-se expressamente que por cada urso morto, os homens de Ferreira pagassem como tributo "uma mão". O pagamento de tais tributos foi objecto de discussão, com efeito nas cortes de Lisboa de 1371, o povo protestou contra o aumento das coutadas, onde proliferavam ursos e javalis, que produziam grandes estragos nas culturas, agravados pela proibição de os matar.

A tendência para criar áreas coutadas continuou no século seguinte: a 5 de Fevereiro de 1412, uma carta régia de D. João I determinava a proibição de caçar porcos monteses, ursos e cervos nas comarcas de Entre-Tejo-e-Guadiana e Estremadura (NEVES, 1980), tendência que prosseguiu por todo o século XV, sendo justificada pela sua progressiva escassez. Das Ordenações de D. Afonso V consta a pena de 1000 libras, paga por cada urso abatido, de modo a permitir a manutenção dos stocks necessários ao prazer da sua caça. Mas já o mesmo rei, acedeu aos pedidos da vila de Moura, nas cortes de Santarém, de 1451, quanto à revogação de áreas coutadas, "visto como é lugar a que poucas vezes ou nunca imos".

Em finais do século XV, cessam as referências à espécie, o que permite admitir, que a espécie se extinguiu, ou quase (MARQUES, 1971). Com efeito, tudo era contrário à sua manutenção: além de constituir presença nociva às actividades humanas, cada vez mais desenvolvidas e um perigo para o próprio homem, constituía um apetecível troféu cinegético, para além do valor da sua carne (que por vezes se vendia no mercado) e da pele.

A distribuição geográfica, deduzida a partir da documentação disponível, permite concluir que o urso ocorria com frequência a norte do Tejo, com excepção da faixa litoral, naturalmente por ser a mais ocupada, e também

a sul do grande rio peninsular, até pelo menos à região de Portel. Que atinja domínios ainda mais ocidentais, a norte do Tejo, é evidência indicada não só pela toponímia da própria palavra (VASCONCELLOS, 1922), como pela evidência material como a peça agora estudada. Com efeito, na zona de Leiria, ainda hoje existe o topónimo de "Pinhal do Urso", correspondente a vasta mancha florestada. Ali ou em qualquer outra, poderia ter sido capturado o urso, ulteriormente consumido em animado festim, realizado no castelo de Leiria, no final da Idade Média, a que pertencia o cúbito ora estudado.

AGRADECIMENTOS

O autor apresenta os seus agradecimentos:

> ao DR. JOSÉ DA SILVA RUIVO, arqueólogo responsável pelas escavações realizadas no castelo de Leiria em 1996 e 1997, pela cedência do material osteológico para estudo e de elementos indispensáveis ao seu adequado enquadramento;

> ao DR. VITOR MANUEL DOMINGUES LOURENÇO, Vereador do Pelouro da Cultura pelo interesse e apoios dispensados à realização deste trabalho, que muito o valorizaram;

> à DRA. ISABEL FERREIRA FERNANDES, arqueóloga responsável pelas escavações no castelo de Palmela, por diversas informações.

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, J. L. (1993): *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico Superior de Portugal*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 567 p.

CARDOSO, J. L. (2001): *Nota prévia sobre a fauna consumida no período islâmico no castelo de Palmela*. Anexo a I. C. Ferreira Fernandes, Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

GOMES, S. A. (1995): *Introdução à história do castelo de Leiria*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria.

KURTÉN, B. (1968): *Pleistocene mammals of Europe*. Londres: Weidenfeld & Nicolson.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1971): *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*. 2ª Edição. Lisboa: Sá da Costa.

NEVES, C. M. Baeta (1967): *Sobre a existência e extinção do urso em Portugal*. Lisboa: Publicações da Liga para a Protecção da Natureza, 7 p.

NEVES, C. M. Baeta (1980): *História florestal, agrícola, e cinegética. Colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelarias Reais*. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal. I (1208 a 1438), p. 201.

PEREIRA, P. A. C. (2001): *O planalto beirão Dão Lafões. História e Património locais*. Dissertação de Mestrado (Mestrado Interdisciplinar em Estudos Portugueses) apresentada à Universidade Aberta. Lisboa (2 vols.).

RUIVO, J. da Silva (1997): *Relatório da intervenção arqueológica de emergência na torre de menagem do castelo de Leiria entre Julho e Setembro de 1996*. Relatório não publicado apresentado ao Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

SOUSA, T. MARTINS DE (1909): *Serra do Gerez*. Porto: Livraria Chardron, 155 p.

VASCONCELLOS, J. LEITE DE (1922): *Fauna toponímica. Comércio de Vizeu de 10, 13, 17 e 20 de Agosto de 1922*. Reeditado em *Opúsculos*, 3: 193-207.